

BRITISH SHIPBUILDERS E HARLAND AND WOLFF

A construção naval de propriedade estatal compreendia dois estaleiros, o **British Shipbuilders**, britânico e o **Harland and Wolff**, sediado em Belfast, Irlanda do Norte. Os dois juntos, em 1984, eram responsáveis por 85% da construção de navios mercantes da Inglaterra e também pela totalidade de produção de motores diesel de baixa velocidade para embarcações.

Naquele ano o governo iniciou a privatização de subsidiárias da **British Shipbuilders**, responsáveis pela construção de navios de guerra, muitas das quais foram adquiridas pela própria direção. As outras áreas de atividades da **British Shipbuilders** relacionadas à reparação de navios e a atividades de engenharia naval, também foram transferidas para o setor privado. As empresas dedicadas à construção de navios mercantes também foram vendidas. Em setembro de 1989, vendeu-se a **Ferguson Shipbuilders Ltd.** para o **HLD Group Ltd.** concluindo-se a transferência da atividade para o setor privado.

Quanto ao estaleiro **Harland and Wolff**, este foi vendido, em setembro de 1989, aos próprios diretores e funcionários da empresa, sendo financiados por duas companhias de propriedade do grupo de navegação **Fred Olsen**.

Ademais , na operação de compra , o governo forneceu adiantamento de empréstimos para aquisição de ações no valor de 60 milhões de libras , aos adquirentes , sendo que o pagamento será feito de acordo com a performance da companhia no futuro.

BRITISH STEEL

A empresa era a quarta maior indústria siderúrgica do ocidente , responsável por 78% da produção inglesa de aço bruto. Sua privatização se deu de forma longa e parcial. A partir de 1980 , a companhia iniciou sua venda , em partes , com uma reorganização racional e um programa de **joint-ventures** com empresas do setor privado , eliminando a superposição entre as suas subsidiárias e as empresas privadas.

No período de janeiro de 1980 a março de 1986 foram privatizados ativos avaliados em cerca de 600 milhões de libras. Com a melhora do desempenho da empresa e de acordo com a Lei **British Steel** de 1988 (Lei especial para empresa) , a corporação se transformou em **British Steel plc** de propriedade exclusiva do governo.

Em dezembro de 1988 , foram lançados títulos

no mercado , para a venda de dois bilhões de ações. Após isso as subscrições tomaram valores muito acima do esperado alcançando cerca de 650.000 investidores particulares e funcionários da empresa , obtendo em conjunto 42% do total. Os investidores estrangeiros acabaram com 25% de participação.

Os lucros que eram de US\$ 350 milhões em 1987 passaram a ser de US\$ 1,2 bilhões em 1989. Este dado , tornou a empresa uma das maiores e mais lucrativas produtoras de aço do mundo.

ROLLS ROYCE

Esta empresa possui uma importância substancial para a indústria britânica sendo o centro da política industrial do governo , durante decênios.

A companhia se formou em 1906 , com a fusão das companhias **Rolls** e **Royce** . Durante a primeira Guerra Mundial , a empresa desenhou e fabricou motores de avião e automóveis. Na década de 40 era líder em tecnologia de motores a jato. Nos anos setenta, a competição no mercado internacional impulsionada pela **Boeing** e a **McDonnell Douglas** , trouxe problemas para a empresa que mergulhou em dívidas , sendo adquirida pe-

lo Estado em 1971. Nos anos oitenta os prejuízos financeiros foram sanados até que , em 1986 , os lucros voltaram a aparecer , alcançando os 120 milhões de libras.

A privatização ocorreu em maio de 1987 , quando o governo colocou a empresa à venda. Mais de dois milhões subscreveram acima de 3 bilhões de ações. Contudo , limites foram estipulados para a distribuição de ações , sendo no início o percentual máximo de 15% para os investidores estrangeiros , elevado para 29,5 % em setembro de 1989. Com o excesso de subscrições em fins de 1989 , a companhia já possuía 847.000 acionistas.

Os lucros antes da tributação tornaram-se bem maiores ainda quando a empresa se preparava para ser privatizada , alcançando um valor cerca de três vezes superior. Após a privatização essa tendência persistiu: de 156 milhões de libras em 1987 passaram a 168 milhões de libras em 1988. Todavia os lucros operacionais e o giro do capital tiveram uma redução neste período , mas as encomendas e pedidos alcançaram 4.100 milhões de libras esterlinas ainda no final de 1988.

ROVER GROUP

Antes da venda da companhia foram vendidas

algumas subsidiárias da **British Leyland** , que era fabricante de automóveis , sendo batizada de **Rover Group plc** em 1986.

A **Jaguar** , empresa do grupo , fabricante de carros de luxo , foi uma das primeiras , sendo vendida em 1984 , alcançando cerca de 297 milhões de libras. A empresa passou a ter uma participação especial (que expira em 1990) , do governo e a participação acionária individual não passava de 15%. Com a crise da empresa pela queda dos seus lucros e a imponente competição no mercado internacional , sobretudo a competição dos carros japoneses no mercado americano - mercado disputado pela **Jaguar** , o governo decidiu flexibilizar a empresa retirando o limite de participação de 15%. Após isso , a **Ford** apresentou uma oferta de compra de ações no montante correspondente ao controle acionário da empresa , a qual foi aceita.

Quanto ao grupo , houveram outras vendas como a maioria das ações da **Unipart** , indústria de autopeças , em 1987 , tendo como comprador os próprios administradores da empresa e um grupo de companhias de investimentos ; a venda da **Istel** , empresa de sistemas de processamento de dados , em 1987.

Em 1989 o grupo vendeu mais uma parte das ações da **Unipart** , reduzindo sua participação na empresa para 20% , e ainda , vendeu o restante de sua

participação na **Istel** , que acabou sendo comprada na totalidade pela **AT & T** , ainda em 1989.

Em 1988 , a venda da participação acionária do governo no **Rover Group** , correspondente a 99,8% do total de ações , foi realizada para a **British Aerospace** já como empresa privada.

O grupo era o maior fabricante de automóveis da Inglaterra. Não obstante , vinha tendo prejuízos , com uma melhora financeira gradativa. Já em 1988, seus lucros alcançaram o valor de 35 milhões de libras esterlinas., sendo estes consolidados no resultado financeiro da **British Aerospace**. Esta última pagou 150 milhões de libras pela compra do grupo , assumindo a parte da dívida do mesmo.

A arrecadação desta venda vinculada pelo governo ao pagamento de 460 milhões de libras em moeda corrente , correspondentes a uma " dívida histórica " , e também a 78 milhões de libras correspondentes a áreas que recebem assistência.

ROYAL ORDNANCE

Esta empresa , fabricante de armas e munições

e ligada ao Ministério da Defesa , tornou-se uma organização comercial independente , a **Royal Ordnance plc.**

O governo pretendia inicialmente lançar os títulos da empresa na Bolsa de Valores Internacional. Todavia , decidiu , em 1986 , vender a fábrica com sede em **Leeds** para a **Vickers** e o restante da empresa seria vendido como uma única empresa. Mas , em 1987 , a companhia acabou sendo vendida a **British Aerospace**, por 190 milhões de libras esterlinas.

OUTRAS VENDAS

Foram vendidas uma série de empresas do ramo industrial. A companhia aeroespacial **Short Brothers** foi vendida para a canadense **Bombardier** , em outubro de 1989 ; as operações do **Girobank plc** , que pertencia à empresa de correios , foram vendidas para a **Alliance and Leicester Building Society**.

Na área tecnológica , foram vendidas a participação de empresas como a **ICL** , fabricante de computadores , em 1987 , e ; a **Inmos** , fabricante de circuitos microeletrônicos avançados , em 1984 . Estava também em estudo a privatização do Grupo Britânico de Tecnologia.

5.2.4.4 ÁGUA E ESGOTOS

Sob , a Lei sobre os serviços de Água e Esgotos (**Water Act**) de 1989 , mudanças profundas foram introduzidas no setor , na Inglaterra e no País de Gales. Os departamentos de fornecimento tornaram-se companhias. O governo realizou um saneamento destas companhias , cancelando dívidas que alcançavam 5 bilhões de libras. Para tanto , utilizou-se da subscrição de novas ações. Foram injetados ainda recursos de ordem de 1.570 milhões de libras , na maioria das companhias.

Foram privatizados nove Departamentos regionais e o **Welsh Water Authority** , o Departamento Galês de Água e Esgotos. Além disso , foram estabelecidas medidas para proteção do meio ambiente hídrico , fornecendo assim subsídios para a regulação.

Os Departamentos de Água e Esgotos , criados pela lei de água e esgotos , em 1973 , eram responsáveis por 75% do fornecimento de água da Inglaterra e do País de Gales. O fornecimento dos 25% restantes é suprido por 29 companhias privadas.

Em dezembro de 1989 , o governo emitiu títulos das companhias , sendo segundo os responsáveis, um dos maiores exemplos de privatização , com lucros da

ordem de 3.400 milhões de libras. As solicitações de compra de ações e a subscrição ultrapassaram o limite de emissão alcançando o número de 2,7 milhões.

Facilidades foram oferecidas , pelo governo aos funcionários e usuários das companhias para que estes comprassem ações de empresa. Após uma qualificação alguns funcionários tiveram direito a um lote de ações gratuitas , avaliado em 70 libras esterlinas. Além disso obtiveram estes , uma quantidade de ações adicional de acordo com o tempo de serviço na empresa , com limite de até 110 libras. Foram ofertadas 02 ações gratuitas para cada ação comprada em ofertas " igualadas" (**matching offers**) até o máximo de 400 libras em ações gratuitas.

Ademais , foram ofertados 10% de desconto até o máximo de 2.350 libras e prioridade na compra de mais ações , até o limite de 12.000 libras. Perto de 37.500 funcionários se tornaram acionistas das companhias , correspondendo a cerca de 86% do total de empregados , o que demonstra um alto índice de adesão à privatização entre os funcionários.

Quanto aos usuários , aqueles que adquirissem ações correspondentes a companhia de sua região tinham direito a receber uma ação de bonificação a cada dez compradas e mantidas até 31 de dezembro de 1992. Ou então poderiam estes receber um desconto

de 8% sobre o preço de oferta no momento de pagamento da última parcela referente a compra de ações.

Diante de tantas facilidades tanto para os funcionários como para os usuários, o índice de adesão à privatização só poderia ser alto, fazendo com que o processo fosse um sucesso no setor de abastecimento de água e esgotos.

A regulação no setor foi estabelecida mediante a criação de um cargo de Diretor-Geral do setor responsável pelo supervisionamento do sistema de regulação visando a garantia de padrões de qualidade dos serviços, em níveis pré-estabelecidos. Além disso é da responsabilidade do Diretor - Geral, observar o desempenho das companhias de acordo com a lei e os interesses dos usuários, controlando os preços (fórmula $IPV + K$). Este controle de preços através da fórmula corresponde ao Índice de Preços Variáveis somado a um valor estabelecido pelo Secretário do Estado (mantido em 5% para os cinco primeiros anos de operação) e depois pelo Diretor-Geral . O valor K leva em conta as necessidades de investimento de capital e normas estabelecidas em lei.

5.2.4.5 AS TELECOMUNICAÇÕES

O setor de telecomunicações é atualmente muito importante, pois está ligado de forma intrínseca com as mudanças tecnológicas. Ou seja, as telecomunicações estão ligadas ao que há de tecnologia mais avançada (optoeletrônica, telemática, sistema de TV à cabo, sistema de fax, PABX, sistema de telefonia celular), inserindo-se no novo paradigma tecnológico, a microeletrônica. Diante disso percebe-se como esse setor é importante e vital dentro de uma economia moderna. Em geral, nas décadas passadas o setor esteve a cargo do Estado, pelos investimentos envolvidos e, também, pelo seu caráter social. Nos Estados Unidos o sistema de telecomunicações é privado (AT & T). A Grã-Bretanha seguiu os mesmos passos dos Estados Unidos que desmembrou a AT & T antes do processo inglês. Foram privatizadas duas companhias: a **Cable and Wireless** e a **British Telecom**. Além disso adotou-se medidas de regulação no setor para defender os consumidores e aumentar a eficiência.

CABLE AND WIRELESS

As telecomunicações eram administradas pelo setor público, em conjunto com os correios e telégrafos, desde 1912. A partir da Lei de Telecomunica -

ções de 1981 foi implantada a liberalização do setor: como a separação entre os serviços postais e os de telecomunicações, abertura da rede básica; do fornecimento de equipamentos terminais; e dos serviços especiais de telecomunicações (serviços de "valor adicionado").

Com esta liberalização instituído pela Lei de 1981, a privatização tornou-se uma medida a ser tomada e a **Cable and Wireless (C & W)** foi a primeira.

A empresa era responsável pela gestão de serviços de telecomunicações em ex-colônias britânicas e era estatal desde 1949. Seguindo a linha de liberalização em junho de 1981, a empresa passou a ser integrante de um consórcio para explorar a rede básica, com participação de 40%, os outros integrantes eram **British Petroleum** com 20% **Barclays Bank** com 20%. O consórcio teve o nome de **Mercury Communications Ltd**, e conseguiu a licença provisória de funcionamento já em 1982. Mais tarde, os dois integrantes do consórcio desistiram do empreendimento deixando a **Cable and Wireless** como única proprietária.

A **Mercury** passou a ser uma subsidiária da **Cable and Wireless**, dedicando-se a rede digital avançada de telecomunicações a longas distâncias, voltando-se com prioridade para grandes usuários. Além disso a **Mercury** opera serviços no exterior, em cerca de

40 países.

A privatização da **Cable and Wireless**, se deu em três etapas. Em 1981 foram vendidas 49% das ações da empresa. Mantendo uma ação especial, o governo, vendeu em dezembro de 1983, uma outra parte da empresa. Em dezembro de 1985 se vendeu os 23% restantes, em poder do governo e, ao lado disso foram emitidas ações adicionais, sendo a segunda maior oferta de ações do capital social no mundo. Em conjunto as três vendas corresponderam a uma arrecadação de cerca de 1.000 milhões de libras para o tesouro.

Após a privatização, os lucros da empresa aumentaram. Antes da privatização, os lucros eram da ordem de US\$ 100 milhões, em 1990, estes já se situavam em cerca de US\$ 500 milhões.

British Telecom

A empresa era a mais importante no setor de telecomunicações, possuía um monopólio natural e institucional, que lhe dava o domínio do mercado.

Com a Lei de Telecomunicações de 1981, e por conseguinte, a liberalização, a situação começou a mudar para a empresa. É preciso deixar claro, no

entanto , que a empresa não estava nos planos iniciais do governo para a privatização , vindo a integrá-los com as pressões decorrentes da necessidade de financiamento para investimento no setor , do contexto recessivo e da política monetária restritiva.

Diante disso , a partir de uma orientação ideológica de que a eficiência econômica , a melhoria dos serviços e a manutenção de preços estáveis , só seriam satisfeitos com uma propriedade privada , a privatização tornou-se válida como medida governamental.

Ainda em 1981 sob a primeira Lei de Telecomunicações a empresa passou a se chamar **British Telecommunications plc** , tendo sido abrandado seu monopólio . A Lei de 1984 , estabeleceu a retirada do privilégio exclusivo da empresa de operar os sistemas de telecomunicações dispondo também sobre a sua privatização.

Em novembro de 1984 , foram colocadas a venda 50,2% de ações ordinárias com direito a voto, sendo o maior lançamento de ações na época realizado no mundo. A arrecadação correspondeu a 3,9 bilhões de libras esterlinas. O governo permaneceu com 49,8% da empresa , sendo o maior acionista individual , contudo , os administradores têm liberdade comercial completa.

A especulação esteve presente na privatização da **British Telecom** , sendo acentuada , é o que mostra

Almeida :

" A possibilidade de ganho a curto prazo fez com que houvesse uma sensível diminuição do número de acionistas individuais , que passaram de 2,3 milhões, em novembro de 1984 , para 1,49 milhões , ao final de 1986. Desta maneira , os acionistas individuais , que logo após a privatização detinham 19,5% do conjunto das ações negociadas , diminuíram progressivamente seu peso , chegando a 9,9% , ao final de 1990. " (Almeida , 1992 , p. 86)

Quanto à participação dos empregados foi também alta , cerca de 98% dos 244.400 empregados da empresa , passaram a ser acionistas. A participação de estrangeiros , inclusive investidores institucionais, foi também bem acentuada.

A presença maciça de investidores e a alta especulação pode ser explicada pelas facilidades na compra oferecidas pelo governo. O preço de venda foi bem abaixo do preço de mercado. Descontos nas contas telefônicas foram oferecidos aos adquirintes que permanecessem com ações. Distribuição de ações gratuitas para aqueles que não tivessem revendido , foi outra medida do governo.

A regulação também esteve presente na privatização da **British Telecom**. Primeiro , com a criação

da **Office of Telecommunications - OFTEL**, em abril de 1984, dirigido por um Diretor Geral do setor, indicado pelo Ministro da Indústria e Comércio. A responsabilidade dessa agência era de fiscalizar a empresa quanto ao direito dos consumidores, manutenção da eficiência, e controle da tarifa mediante a fórmula RPI-X. Esta última corresponde a dizer que a tarifa não poderia ser maior que o índice de inflação e o valor de certo parâmetro (estabelecido em 3%, num período de cinco anos).

A outra forma de regulação corresponde à instituição de uma ação especial. Chamada de **golden share**, que era detida pelo governo. Esta dispunha sobre questões gerais e estratégicas como o fechamento da empresa e o controle individual, que não poderia ultrapassar os 15%.

Ainda como forma de regulação, com a intenção de promover a competição no setor, o governo concedeu uma licença de funcionamento à **Mercury Communications Ltd**, segundo operadora do setor (seu controle ainda pertence a **cable and wireless**), fornecendo serviços de telecomunicações tanto domésticos como internacionais, na Grã-Bretanha, competindo nas áreas de telefonia móvel, serviços de valor adicionado, fornecimento de aparelhos telefônicos e abastecimento de telefones públicos. A Mercury ficou com 5% do mercado, dedicando-se à clientela empresarial, im

plantando redes de tecnologia digital mais modernas, obtendo vantagens competitivas sobre a **BT**. Contudo, a **BT** continuou com um virtual poder de monopólio, atuando na área de tecnologias de informação, sendo em 1991, uma das empresas mais lucrativas do mercado empresarial britânico.

Após a privatização, em 1985 a **British Telecom** (**BT**) adquiriu a **Mitel**, fabricante canadense de PABX que era bem situada no mercado britânico. Com essa aquisição a **BT** realizou uma integração vertical na área de produção de equipamentos, o que vem a contribuir com a tendência de monopolização privada do setor.

As principais críticas à privatização da **British Telecom** e do setor em geral correspondem a: regulação muito suave, sendo incapaz de impedir a tendência de monopolização agora privada do setor, devido a sofisticação tecnológica que constitui numa barreira à entrada; subvalorização das ações no ato da venda, prejudicando uma arrecadação que seria substancialmente bem maior (política de **underpricing**); custos de propaganda e intermediação muito altos; priorização dos serviços sofisticados em detrimento do público com renda mais modesta.

Com relação aos resultados, depois da privatização a **BT** aumentou sua receita de US\$ 13,6 bilhões em

1984 , para US\$ 22 bilhões em 1989 , sendo um aumento de 61% na receita. O lucro , no mesmo período cresceu 140% de US\$ 2 bilhões passou para US\$ 4,8 bilhões. O crescimento da produtividade foi uma constante , aumentando de 1,9% ao ano (de 1979 a 1983) para 3,2% ao ano (de 1984 a 1989). Isso se deve em grande parte pela demissão de 10 mil dos 244.592 empregados existentes antes da privatização , sendo que as demissões não iriam parar por aí. Nos próximos três anos (a partir de 1990) seriam demitidos 30 mil empregados , o que denota um forte movimento de reestruturação com desemprego e absorção de tecnologias cada vez mais avançadas.

Com relação a melhoria dos serviços ao grande público a **British Telecom** parece não ter alcançado êxito. " Notícia publicada recentemente no jornal 'O Globo' afirmava que ao invés de aprimorar a qualidade da prestação de serviços com a eficiência capitalista , a British Telecom estabeleceu um verdadeiro caos nas comunicações telefônicas da Inglaterra , fazendo com que os britânicos sintam saudades da antiga administração estatal ." (Feldman , 1991 , p. 2)

5.2.4.6 - ENERGIA ELÉTRICA

Com a Lei de Energia Elétrica de 1989 , governo estabeleceu os limites e avanços da privatização no setor. A reestruturação e privatização do setor na Inglaterra , País de Gales e Escócia , deveriam ser perseguidas pelo governo (Com relação a energia atômica , esta permaneceria no setor público.

A primeira medida no sentido da privatização do setor foi a divisão da principal central elétrica (**Central Electricity Generating Board - CEGB**) responsável pela operação e manutenção das centrais elétricas e proprietária da rede nacional . Esta foi dividida em quatro companhias , a saber : **National Powers** (com 55% da capacidade geradora do CEGB ; **Powergen** (com 30% da capacidade) ; **Nuclear Electric** (com 15% da capacidade) ; e a **National Grid Company**.

Esta última companhia , **National Grid Company** terá seu título de propriedade , transferido para os doze conselhos regionais de energia elétrica , sendo que cada um dos conselhos terá a obrigação legal do Fornecimento de energia elétrica.

A privatização envolveria esses doze conselhos , sendo que estes transformados em companhias e com as quais as geradoras privadas que já existem e as que porventura sejam criadas , realizarão contratos.

Outras medidas foram adotadas como a extinção

do Conselho de Eletricidade , que era um órgão central de coordenação do setor.

Na Escócia ficou estabelecido que a privatização seria levada adiante , mediante a criação de duas companhias independentes , mas integradas verticalmente : a **Scottish Hydro Electric plc** e a **Scottish Power plc**. No entanto , as geradoras nucleares permanecerão sob o controle do Estado.

Na Irlanda do Norte , o governo mostrou interesse em privatizar o setor de energia elétrica, que se encontrava sob o controle estatal , por meio da **Northern Ireland Electricity**.

A emissão de títulos seria feita em etapas. Até fins de março de 1990 , o governo pretendia passar os ativos do setor para as novas companhias , levando os títulos das empresas de eletricidade não-nucleares , ao mercado entre setembro / dezembro de 1990 e meados de 1991 (final do mandato de **Thatcher**).

As **golden shares** também deveriam ser utilizadas, contando o governo com "participação especial" nas seguintes empresas : **National Power** , **Powergen**, **National Grid Company** e companhias escocesas. O período de duração dessa participação seria de cinco anos incluídas as companhias distribuidoras.

A regulação estaria presente com a criação do cargo de Diretor-Geral para assuntos de fornecimento de energia elétrica. Este seria encarregado pelo Departamento de Regulação, o **Office of Electricity Regulation**. As obrigações do órgão regulador serão: manutenção da concorrência, supervisão dos preços, fiscalização sobre o cumprimento das obrigações por parte da empresa privada.

O setor elétrico foi encaminhado, por uma série de medidas, para a privatização, algumas foram iniciadas, mas o governo de Thatcher se encontrava no fim.

5.2.4.7 - OUTRAS PRIVATIZAÇÕES

O Governo Thatcher além dessas privatizações enumeradas, realizou outras formas de privatização, principalmente, por meio de venda de ativos que pertenciam ao Estado ou a Municípios.

O caso mais interessante é o da habitação como ajuda a compreender um documento de Estado:

" ... entre abril de 1979 e março de 1989, cerca de 1,4 milhões de empresas de âmbito regio -

nal , conjuntos habitacionais e novas residências urbanas foram vendidas. Em setembro de 1988 , a venda da "Professional and Executive Recruitment " (que fornece consultoria especial e serviços publicitários com vistas ao recrutamento de pessoal para as empresas) para a " Pergamon Professional and Financial Services plc" por 6 milhões de libras esterlinas foi o primeiro exemplo de privatização de uma empresa vinculada às atividades do serviço público. A "Skills Training Agency " (que através de uma rede de centros de habilitação , fornece treinamento , especialmente na área de artesanatos tradicionais) deverá ser adquirida pela direção da empresa." (Embaixada Britânica , 1989 , p. 41)

Como se vê pela citação , não só na habitação a privatização foi utilizada como medida mas em outras atividades.

Ainda sobre a habitação , deve-se registrar que são no período compreendido entre 1979 e 1983 , foram vendidas cerca de 600 mil residências municipais a seus inquilinos com descontos que chegaram até 50%. Com descontos tão generosos , o índice de participação na compra são poderia ser alto. Contudo , deve-se atentar que já em 1992 , ocorria um movimento contrário , ocasionado em grande parte pela recessão econômica que se iniciou em 1991.

" o PIB teve uma queda de 2,5% no ano passado , e mais de 100.000 famílias que compraram suas casas próprias acabaram sendo despejadas durante 1991 por falta de pagamento ." (Veja, 1992 , p. 100)

Outros órgãos públicos foram vendidos , como é o caso da **General Practice Finance Corporation** (responsável pelo financiamento de recursos para compra de instalações cirúrgicas por parte de clínicos gerais) , vendida em março de 1989 , arrecadando para os cofres públicos 145 milhões de libras , tendo como comprador a **Norwich Union Life Insurance Society**.

Na área de prestação de serviços o governo incentivou a contratação de empresas privadas e a abertura de concorrência públicas . Os serviços aqui descritos são de :limpeza , fornecimento de comida e serviços para festa . Este sistema de contratação seria o início de uma prática que se tornou famosa e com o nome de " terceirização ". Segundo documentos oficiais do Governo, as melhoras , com a utilização deste sistema foram sensíveis.

" ... o Governo central chegou a economizar 40 milhões de libras líquidas por ano , e alguns serviços de âmbito regional (como coleta de lixo) lograram reduzir entre 25 e 40% os seus gastos. " (Embaixada Britânica , 1989 , p. 42)

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar de forma detida as principais privatizações ocorridas na Grã-Bretanha, percebe-se que o Estado interviu de forma direta e indireta, na dita economia muito mais do que se pensava, envolvendo-se em setores dos mais variados. Este fato leva a se dizer que o Welfare State não se constitui de um Estado que intervinha somente nas áreas sociais. O Estado participou mesmo que indiretamente em muitos setores em que tradicionalmente operam empresas privadas.

O ponto de inflexão da estabilização para a privatização é a crise do petróleo de 1973, que faz com que os países desenvolvidos, inclusive a Grã-Bretanha, mergulhem numa recessão acompanhada de dificuldades como: inflação, perda de competitividade da indústria e desemprego. Esta crise acentua a perda de competitividade do parque industrial britânico, que já vinha sofrendo esse movimento desde muito tempo, caracterizando um movimento histórico.

Com a ascensão ao poder de um governo conservador em 1979, liderado por Margareth Thatcher, justamente num período difícil - segunda crise do petróleo em 1979 e iminência da crise dos juros em 1980 - a privatização tornou-se a "salvação". Então, mediante um discurso neoliberal de redução do Estado e au -

mento da eficiência , Thather iniciou um dos maiores movimentos de privatização do mundo.

Seguindo esta trajetória , a privatização teve duas fases : a primeira (1979 - 1983) , alcançou em empresas estatais lucrativas e competitivas , e a segunda (1983-1990) empresas caracterizadas por "monopólis naturais" ou institucionais.

O motivo inicial do movimento de desestatização foi o de redução do déficit público , para o controle inflacionário , mediante a arrecadação de receitas com a venda de ativos públicos , seguindo a linha recomendada pela teoria monetarista. Com o sucesso do plano , a partir de 1983 , e após sua reeleição Thatcher inicia a idéia de " capitalismo popular " que propõe a pulverização de ações em mãos de milhões de proprietários.

A partir daí e até 1990 , quando terminou o seu mandato , Thatcher , privatizou grandes empresas de serviços alcançando seu intento de realizar o capitalismo popular. Os destaques desta fase da privatização são a British Telecom e a British Gas que foram as privatizações que envolveram maiores somas em dinheiro e número de acionistas.

No entanto , o processo alcançou sucesso em sua abrangência sendo recheado de pontos negativos e

positivos assim apontados:

1) A busca da eficiência que se tornou numa máxima, parece não ter mudado muito, e em alguns casos há queixas de serviços ofertados com baixa qualidade, ficando claro que a gestão da empresa, privada ou pública, não é condição **sine qua non** para que haja maior eficiência.

2) As estruturas de mercado parecem não ter mudado substancialmente e em alguns casos parecem ter se acentuado. Setores competitivos continuaram competitivos e setores monopolísticos continuaram na mesma situação ou se intensificaram, mostrando como a competitividade não depende da privatização.

3) A diminuição do déficit público foi uma medida perseguida mediante a venda de ativos públicos.

4) O Capitalismo popular parece não ter alcançado tanto sucesso, como indicam os fatos. Houve um substancial aumento de acionistas na Grã-Bretanha, mas ao mesmo tempo, após alguns anos, o número de acionistas reduziu-se muito e há uma tendência a concentração do controle das empresas.

5) A política industrial do governo limitou-se à implantação de um Estado Mínimo, ao contrário de países como a Itália em que o Estado saiu

de setores para se concentrar em outros mais dinâmicas.

6) A especulação esteve muito presente no processo britânico motivada pelas políticas de **under-pricing**, descontos, distribuição de bônus, vales e ações gratuitas, enfim, toda uma política de facilidades que favoreceu ganhos rápidos e altos.

7) Os fundos de pensão e instituições financeiras como os bancos estiveram presentes, principalmente, nos grandes leilões da segunda fase da privatização.

8) Muitas empresas foram vendidas para os próprios administradores e empregados. Além disso estes participaram largamente do processo constituindo-se uma política de cooptação do Governo para ganhar apoio à privatização.

9) A participação estrangeira foi relativamente acentuada chegando a 25% em alguns casos. Contribuiu para isso o lançamento de ações no mercado internacional como é o caso de British Telecom e da British Gas.

10) Os custos da privatização foram acen-

tuados , tanto os econômicos como os sociais. Nos custos econômicos têm destaque os honorários ao intermediários financeiros e a promoção e propaganda. Nos custos sociais destacaram-se a qualidade dos serviços que em alguns casos piorou , e o alto índice de desemprego provocado ; pelos saneamentos anteriores à privatização e pela reestruturação promovida pelas empresas já privadas. Isto indica que a melhoria da produtividade , em geral , foi muito mais decorrente do corte de empregos do que pelo aumento de eficiência.

11) A regulação esteve largamente presente nos setores caracterizados por monopólios ou setores estratégicos através de **golden shares** e Diretores Gerais para fiscalizar a satisfação de clientes , melhoria da eficiência e controle de tarifas (RPI-X).

12) O setor de telecomunicações é o mais importante do processo por envolver a **British Telecom**. Contudo , o processo foi rápido e descuidado , apesar das medidas regulatórias. Com isso a arrecadação , foi muito abaixo do valor real e quanto a regulação , esta não impedirá a monopolização do setor.

13) A maioria das empresas privadas obteve lucros maiores após a privatização e muitas das que tinham prejuízos passaram a apresentar lucros em seus

balanços. Este aspecto se constitui num ponto positivo do programa.

CAPÍTULO 6

COMPARAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO DOS GOVERNOS THATCHER E COLLOR.

Fazer um estudo comparativo não se constitui em tarefa fácil. No caso do processo de privatização desenvolvido em dois países muito distintos, esta dificuldade se intensifica. Não obstante, deve-se tentar realizar este trabalho no sentido de contribuir para o debate e o conseqüente maior entendimento sobre as privatizações realizadas no Brasil de Collor e na Grã-Bretanha de Thatcher.

Os dois países mencionados diferem em sentido econômico, político, social e cultural. A Grã-Bretanha é classificada como pertencente ao bloco dos países desenvolvidos e o Brasil ao dos em desenvolvimento. O primeiro desses países possui uma estrutura política -

co-econômica diversa do Brasil. Lá o poder de governo é exercido pelo Primeiro Ministro , apoiado na maioria de seu partido , no Parlamento. Ou seja , o modelo parlamentarista-monárquico é o sistema de governo. Com o sistema de voto distrital majoritário acabam existindo, na prática , apenas dois partidos o Trabalhista e o Conservador.

No setor econômico , a Grã-Bretanha passava, em fins da década de 70 , por uma crise de perda de competitividade internacional além de alto desemprego , uma inflação alta (para os padrões dos países desenvolvidos) , e problemas com as contas públicas.

O caso do Brasil é mais crônico , sua estrutura política-econômica era acentuadamente desorganizada. No contexto político , a forma de governo é o presidencialismo que permite um pluripartidarismo, o que vem a constituir governos fracos em termos de apoio partidário relativo. A situação econômica em fins da década de 80 e início de 90 , era crônica : altas taxas de inflação , desemprego , fragilização do Estado e as dívidas interna e externa.

A partir desses cenários os governos dos dois países implementaram a privatização como item de uma série de medidas de cunho neoliberal para o reordenamento do Estado , resolução do problema de desequilíbrio econômico - social e , alcance de maior competiti

vidade interna e externa , visando inserir os respectivos países na nova ordem internacional de globalização de mercados e avanço tecnológico , no sentido da integração mundial. Não obstante , a privatização ganhou destaque no cenário mundial e nos contextos nacionais dos países descritos , transformando um item da política econômica em vedete.

O primeiro país a privatizar , de forma sistemática e continuada , foi a Grã-Bretanha , sob o Governo de Thatcher. Este processo se constitui num dos mais abrangentes e influenciadores de outros processos no mundo. Os objetivos buscados com o programa Thatcheriano foram : 1) melhoria da eficiência econômica das empresas ; 2) redução da influência político-governamental no processo de tomada de decisões dessas firmas ; 3) obtenção de receita através da venda de ativos governamentais ; 4) promoção do capitalismo popular por intermédio da ampliação da venda de ações para a população ; e 5) enfraquecimento do poder sindical nas empresas estatais.

A privatização no Brasil veio logo depois , se iniciando em 1981 , mas ganhando força e abrangência só em 1990 com o Governo Collor. Este com o discurso da modernidade adotou a privatização inicialmente como item de ajuste fiscal , integrante do Plano de Estabilização Collor. Ao fracassar tal plano , Collor levou adiante a privatização de forma mais desvinculada,

mas sempre com a intenção de diminuir o papel do Estado e o déficit público. Os objetivos do PND foram: 1) reordenamento estratégico do Estado ; 2) redução da dívida pública ; 3) retomada de investimentos ; 4) modernização da indústria ; e 5) fortalecimento do mercado de capitais.

Ao observar-se os objetivos buscados pelos dois governos com a privatização , é possível estabelecer semelhanças. Visto isso , o estudo comparativo ' tentará aprofundar a análise de cada objetivo, para que esclareça as verdadeiras similitudes e diferenças. Após isso outros fatos serão analisados de forma isolada para enriquecer a comparação , como é o caso das "moedas podres", participação dos fundos de pensão , e a especulação.

6.1 MELHORIA DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA

O conceito de eficiência econômica está ligado à idéia de melhor alocação dos insumos que permita a maximização dos lucros sujeitos aos custos totais. Em termos microeconômicos uma empresa é mais eficiente num mercado competitivo e a situação ideal seria a concorrência perfeita , que é difícil de ocorrer na prática.

Baseado nessa visão o Governo Thatcher , apoiado na maioria parlamentar que tinha o mesmo pensamento neoliberal , tornou a privatização na forma de alcançar a eficiência econômica , já que a empresa privada por si só se constituía em maior eficiência. Contudo , nenhum estudo empírico demonstrou esta afirmação e na prática observou-se pouco avanço neste sentido. Empresas pertencentes a mercados competitivos após a privatização continuaram competitivas e empresas de mercados monopolísticos continuaram sendo monopólios após a privatização , apenas tendo uma regulação que não se constituirá em obstáculo à concentração nos ditos mercados.

No Brasil , o discurso da eficiência esteve presente também , mas de forma menos intensa. Sob o objetivo de modernização da indústria o discurso de eficiência neoliberal se apresentou. Todavia , o governo não tinha a mesma base política neoliberal , ficando o discurso como resultado da influência do FMI , da política de Reagan , e da própria Thatcher. Collor baseado nessa influência tinha convicção de que a empresa privada é a mais eficiente.

6.2 INFLUÊNCIA POLÍTICO-GOVERNAMENTAL

O objetivo da redução da influência políti-

ca por parte dos governantes na gestão estatal está atrelado à idéia de eficiência, pois a escolha de diretores para empresas estatais estava ligada a fatores políticos e não técnicos o que reduziria a eficiência de determinada empresa.

Este problema foi vivenciado não só na Grã-Bretanha como aqui no Brasil. Este último sofreu com essa distorção por quase toda existência de suas estatais.

A privatização, na medida em que transfere a gestão para a atividade privada elimina este tipo de problema que atinge as estatais em quase todo o mundo.

6.3 OBTENÇÃO DE RECEITA

O déficit público se constitui num dos principais problemas da atualidade, e a privatização tem sido utilizada largamente como meio de solucionar tal problema através das receitas geradas por seu processo.

Na Grã-Bretanha, não foi diferente, apesar de não ser um problema crônico como o brasileiro. A privatização se constituiu, no meio de desafogar as

contas do governo , mas este objetivo não foi o principal motivo de suas privatizações. No caso brasileiro , esta medida foi utilizada de forma agressiva, pelo caráter crônico de seu déficit público e da taxa inflacionária. Este objetivo acabou se constituindo no principal motivo para privatizar , dando ênfase à dívida interna , como mostra o uso das "moedas podres". Este fato está expresso de forma clara nos documentos oficiais do PND que declaram como um dos objetivos a redução da dívida pública.

6.4 PROMOÇÃO DO CAPITALISMO POPULAR

A intenção de realizar uma pulverização da posse de ações na Grã-Bretanha se constituiu em realidade sendo o maior sucesso do programa de Thatcher. Este objetivo que foi eleito o principal a ser alcançado , realmente teve êxito , contudo não se pode afirmar que seja duradouro. Muitos dos novos acionistas após alguns meses ou após terem sido beneficiados com os bônus , vales ou o recebimento de ações gratuitamente , venderam suas ações e , não só isso , a especulação esteve muito presente no processo britânico por ter envolvido empresas de grande porte como a **British Gas** e a **British Telecom** e grandes somas em dinheiro.

Várias instituições participaram do processo

britânico como bancos , fundos de pensão - no caso brasileiro observou-se este fato de forma mais acentuada. Isto contribuiu para a existência de maior especulação diminuindo o efeito duradouro da pulverização.

O fortalecimento do mercado acionário é a principal intenção da democratização das ações e o uso das bolsas para vender as estatais só vem a corroborar com este intuito. Porém , na medida em que esta democratização parece ter sido de caráter temporário , a longo prazo , o mercado acionário tende a uma situação próxima da anterior às privatizações.

O programa de desestatização brasileiro tinha como objetivo explícito o fortalecimento do mercado acionário e possuía como meta a pulverização das ações. Contudo dois motivos principais não permitiram o alcance deste intento : o ambiente inflacionário crônico e a aversão do pequeno investidor a ações , principalmente, as preferências. Estes dois fatos estão entrelaçados pois envolvem maior risco , no entanto não é um caráter cultural do brasileiro médio investir em ações, muitos até desconhecem a existência destas.

Visto isso , tornou-se impossível a via da pulverização , optando o governo pelo resgate da dívida pública e o uso dos leilões como forma do mercado de ações. intermediar o processo.

6.5 ENFRAQUECIMENTO DO PODER SINDICAL

A decisão eminentemente político - ideológica de Thatcher levou a inclusão do ataque frontal aos sindicatos das empresas estatais como objetivo a alcançar pelo programa de privatização. Para tanto esta utilizou-se da cooptação dos funcionários das estatais, através da oferta de descontos, facilidades especiais como financiamento, reservando até 15% de participação para os funcionários. Neste intento, Thatcher alcançou êxito, pois o índice de adesão, em quase todas privatizações, foi de perto de 100%.

No caso brasileiro este ataque frontal aos sindicatos não se apresentou de forma explícita. Contudo, o uso da cooptação dos funcionários das estatais foi largamente utilizado, sendo oferecidas facilidades também, mas bem menores, ficando reservado em todas as privatizações 10% de participação das empresas privatizadas a seus funcionários. Enfim, de uma forma ou de outra os sindicatos acabaram perdendo força de adesão e de oposição política no Brasil.

6.6 MOEDAS PODRES

A utilização das chamadas "moedas podres" - em grande parte dívidas de longo prazo - foi o fato

inusitado do programa de desestatização brasileiro. A intenção era a diminuição do déficit público influenciada pelo FMI como meio de reduzir a inflação. Mas como a maioria das moedas correspondiam a dívidas de longo prazo, o estoque de dívida foi reduzido mas no caso dos efeitos sobre a inflação foram ínfimos, pois a inflação brasileira decorre de uma dívida de curtíssimo prazo que possui giro diário.

O contexto de inflação crônica parece ter contribuído para esta situação, já que poucos possuíam tanto dinheiro em caixa para arcar com a compra de uma empresa ou de parte desta.

No cenário britânico observa-se uma situação diferente, primeiro as privatizações se realizaram na década de 80, grandes empresas de serviços foram ofertadas como a **British Telecom**, sendo bastante atrativas e, por fim, o uso de lançamentos em bolsas internacionais e ausência de dificuldades tão crônicas com inflação e déficit público como as enfrentadas pelo Brasil. A partir desta situação o governo britânico não teve dificuldades de arrecadar alguns bilhões de libras esterlinas com o processo.

É preciso observar, no entanto, que se o governo britânico não se utilizou de moedas piores, seus descontos e facilidades como bônus, vales e ações gratuitas se constituíram em fatos negativos do pro-

grama

6.7 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE PENSÃO

As grandes negociações que envolveram grande parte das privatizações britânicas e as facilidades de lucros altos e rápidos forneceram um ambiente especulativo propício aos bancos e fundos que participaram largamente do processo.

No governo Collor este fato ocorreu também, mas outros fatores foram os influenciadores: uso de moeda podres, a obrigatoriedade de aquisição de CPs (em até 10% de suas reservas técnicas para os fundos e, 3% do ativo circulante ou 18% do patrimônio líquido - o que fosse menor - para as instituições financeiras).

Em síntese pode-se dizer que nos dois processos observa-se a participação acentuada dessas instituições.

6.8 ESTADO MÍNIMO

A crença no mercado como entidade máxima, por parte dos conservadores britânicos levou à privatização maciça de empresas estatais, envolvendo não só indústrias, bem como companhias estatais de serviços infra-estruturais.

Após onze anos e meio de governo Thatcher realizou um verdadeiro desmonte da máquina estatal reduzindo-a realmente ao mínimo. Contando com apoio político não só da bancada mas da própria população interessada em participar da privatização, a primeira-ministra enfrentou todas as resistências ao seu programa e reduziu ao máximo a atuação do Estado na economia britânica.

A ação de Thatcher além de ter o caráter ideológico, possuía um aspecto político, no qual está presente a intenção do quebra do Welfare State.

Collor ascendeu ao poder tendo um governo com pouco apoio partidário e sem tradição neoliberal. Contudo, tentou empreender o Estado Mínimo influenciado pelas recomendações do FMI e dos governos anteriores de Reagan e Thatcher. Estava convencido de que o Estado deveria sair da ordem econômica, mas acabou por encontrar obstáculos como batalhas jurídicas e a própria Constituição que não permite a privatização de empresas como a Telebrás, Eletrobrás, Petrobrás e CVRD. Collor esperava que em 1993 pudesse, mediante

a revisão constitucional , levar adiante as privatizações , enquanto isso anunciou um programa contendo uma lista de 31 empresas para privatizar. Com o impeachment só conseguiu realizar 12 privatizações.

Em síntese , pode-se dizer que o plano de Collor não alcançou a mesma abrangência pelo motivo de sua deposição. Mas se permanecesse no governo, certamente o governo Collor empreenderia o Estado Mínimo à la Thatcher.

6.9. TELECOMUNICAÇÕES

O setor de telecomunicações hoje está ligado à mais avançada tecnologia , daí a sua importância estratégica para um determinado país. Thatcher ciente deste fato , empreendeu a privatização da **British Telecom** e **Cable and Wireless** , duas empresas ligadas a serviços de comunicação. Instituiu a regulação para diminuir o impacto do monopólio no setor e para aumentar a eficiência.

A crença no mercado e nas instituições privadas levou o governo britânico a se retirar do setor. Contudo , a tendência à monopolização persiste devido a intensividade tecnológica e de capital , demandando

grandes somas em investimentos. Neste ponto poder-se-ia dizer que o Estado talvez não tivesse recursos para realizar tais investimentos, mas, o aspecto estratégico que o setor encarna é bastante claro e, como indica a trajetória futura da economia da informação e a tendência global, o país que dominar as novas tecnologias em comunicação terá uma grande vantagem comparativa em relação aos outros países. Nesse ponto, entra o papel do Estado como alicerce importante para o alcance do domínio dessas tecnologias.

No Brasil, a Constituição de 1988 não permitiu a execução da privatização da Telebrás no governo Collor, mais ainda hoje as pressões nacionais e internacionais ligadas ao pensamento neoliberal e a interesses na empresa, continuam fortes no sentido da privatização desta. Para entender melhor essa situação a Gazeta Mercantil oferece um resumo:

" Há 30 ou 35 anos, quando as telecomunicações se encontravam em grande parte, sob a responsabilidade de companhias estrangeiras, situação nessa área era latimável (...)

A questão hoje é diferente: estão esgotadas as possibilidades de o Estado investir em serviços públicos como esses, altamente dinâmicos, sujeitos a contínuas transformações tecnológicas, já ten-

do o mundo ingressado na era da telemática. E , mesmo com o financiamento do usuário , as empresas de telecomunicações como é patente , são incapazes de atender à demanda e às exigências crescentes de qualidade. Em face dessa nova realidade , impõe-se a privatização ao longo dos próximos anos , sem limitações atualmente injustificáveis ao capital estrangeiro. A própria Telebrás , a "holding" que controla e distribui recursos para subsidiárias dispersas pelo País , já se vem privatizando " pela porta de trás " , como observou o ministro. Através da conversão maciça de debêntures em ações , grande parte do capital votante da "holding" está em mãos de particulares. O governo ainda detém o controle , com 17,5% do capital , segundo Cardoso.

Se a " holding" passar à iniciativa privada, isso não significa , de modo algum , que o Estado deva abdicar de seu poder regulador. Ao contrário , deveria fortalecê-lo." (Gazeta Mercantil , 1993 , p. 4)

Visto isso , é importante refletir sobre os rumos da telecomunicação no Brasil , pois não se conseguiu provar que a gestão privada é mais eficiente e que a competição no setor , mesmo sob regulação , persiste por muito tempo . O capitalismo demonstra na prática que tende para a centralização e concentração do capital , com eminente globalização dos mercados. Entregar a Telebrás para o setor privado internacional - único capaz de dispor de recursos para

comprar a empresa tendo em vista a situação brasileira - seria no mínimo falta de bom senso.

6.10 OUTROS ASPECTOS

As privatizações descritas tiveram uma série de aspectos em comum e outros diferenciados pelas próprias características político-econômico-sociais e até mesmo de costumes dos dois países apresentados.

No que concerne à abrangência de setores, o processo britânico envolveu até serviços infra-estruturais que eram dominados pelo Estado como: abastecimento de água e esgotos, eletricidade, comunicações. O Brasil experimentou um processo menos intenso por existirem restrições constitucionais, não fosse o caso, certamente esses setores seriam atingidos. No entanto as pressões continuam para que o Estado brasileiro se desfaça de empresas como Eletrobrás, Petrobrás, CVRD. e a privatização pós-Collor segue esta trajetória.

"A Eletrobrás, recentemente, colocou, através de novas emissões parte expressiva de seu capital ordinário no mercado, estando as suas ações entre as mais negociadas em bolsa. É o primeiro passo para a de-

sestatização progressiva do setor hidrelétrico ... " (Gazeta Mercantil , 1993, p. 4)

No que diz respeito à participação estrangeira no processo , o caso britânico revela uma mais acentuada , alcançando em média 25% de participação nos leilões mais importantes. Isto se deve à força política do governo que reduziu incertezas , à oportunidade especulativa dos negócios e ao lançamento de ações no mercado internacional. Quanto ao Governo Collor essa participação foi discreta , o que se deve à priorização do resgate da dívida interna e à desvantajosa instituição de ágio de 25% para os papéis da dívida externa.

Outro ponto de destaque consiste na regulação utilizada largamente pelo governo britânico como forma de coibir abusos nos preços por parte das empresas privatizadas e para aumentar a eficiência e instituir a competição nos seus respectivos mercados. Ao lado da fórmula RPI-X as **Golden Shares** foram as grandes medidas regulatórias utilizadas por aquele governo. O programa " collorido " apresentou pouco interesse com a regulação não a utilizando , exceto no caso da Celma , ligada à indústria aeronáutica. Contribuiu para este fato o não envolvimento de grandes empresas de serviços.

Quanto aos custos os dois processos envol-

veram altos custos de intermediação e de propaganda e promoção , sendo que as autoridades responsáveis pelo programa , leia-se BNDES , não divulgaram de forma explícita tais cifras. Contudo os custos mais relevantes que são os sociais , envolveram danos à sociedade como um todo. Programas de reestruturação e saneamento pré-privatização e até mesmo após a privatização , revelaram grande quantidade de desempregados.

O caso dos lucros , mostram que as empresas , em sua grande maioria apresentaram lucros e aumento da produtividade , tanto no Brasil como na Grã-Bretanha. Empresas como Usiminas , Aço Finos Piratini e SNBP , no caso brasileiro , estão dando lucro. Não obstante , pode-se afirmar que grande parte destes resultados positivos decorreram da demissão de número razoável de funcionários.

Os descontos e facilidades para a aquisição de ações de empresas alienadas pelo governo foram inúmeros. No caso brasileiro os descontos alcançaram mais de 90% , evento inusitado na experiência internacional , pois o próprio governo Thatcher , conhecido por sua estratégia de **underpricing** , nunca concedeu descontos superiores a 30% sendo a média de desconto para as ofertas a preço fixo , de 19% , no período de 1981/87. Contudo houve distribuição de bônus, vales e ações gratuitas.

O governo Collor optou iniciar seu programa pela alienação da Usiminas, siderúrgica líder de mercado e bastante lucrativa, seguindo o modelo de leilão holandês. No caso britânico, Prado nos ajuda nesta comparação: "... a venda da **British Steel**, a única grande siderúrgica privada até hoje, ocorreu por um valor proporcionalmente 50% menor que o mínimo preço de venda estipulado para a Usiminas (respectivamente US\$ 300,00/ton e US\$ 450,00/ton) ... " (Prado, 1993, p. 140). Todavia, o governo britânico demonstrou relutância em privatizar o setor, só efetivando depois de quase dez anos de iniciado o programa.

6.11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos descritos e comparados mostram muitas similitudes entre si, sendo que as diferenças são oriundas das características comuns ao Brasil e à Grã-Bretanha.

O processo britânico, ao ser estudado, mostra o quanto foi influenciador dos movimentos privatistas em todo o mundo. No Brasil não foi diferente, sofrendo esta influência do pensamento neoliberal de forma sistemática, alcançando o modo como privatizar. Nota-se que alguns pontos do processo de Collor foram modificados devido as circunstâncias.

É indiscutível a força que alcançou a ideologia neoliberal no mundo, como força de gestão macroeconômica, aliada ao arcabouço monetarista de cunho neoclássico que vem ocupando espaços crescentes no cenário político global. Colloz influenciado por idéias de Reagan e Thatcher, aliados às pressões do FMI, não deixou de seguir a trajetória mundial de privatizações que abalou grande parte dos países dos quatro cantos do planeta.

Ao observar os itens do presente capítulo nota-se como as similitudes foram grandes, exemplo disso são: ausência de preocupação com uma política industrial consistente que implicaria no reordenamento do Estado; busca do Estado mínimo; crença nas eficiências privada e macroeconômica - sendo que aquela não se conseguiu provar e a última não se encontra na realidade; crença na competição como caráter persistente do capitalismo e da regulação como forma de promovê-la; e, por fim, na privatização como meio de reduzir o déficit público debelando a inflação, o que viria a estabilizar as contas públicas.

CONCLUSÕES

A nação de Estado e da sua participação na economia sempre envolve ideologia e interesses político-econômicos, sendo assim é impossível formar um consenso sobre o papel do Estado numa determinada economia.

É interessante notar que todo momento de crise representa um ponto de inflexão no paradigma da intervenção estatal. A crise de 30 e o pós-guerra representam momentos que levaram a maior intervenção estatal para se alcançar o desenvolvimento (países subdesenvolvidos) e pleno emprego e maior bem-estar social (países desenvolvidos), sendo que este movimento está baseado nas idéias Keynesianas. Com as duas crises do petróleo, 1973 e 1979, a orientação passa a ser de retirada do Estado da economia, pautada no corpo teórico neoliberal.

Outro ponto a observar como influenciador desse movimento se constitui no paradigma tecnológico. A partir dos anos 30 e com o esforço de guerra o paradigma eletro-metal-mecânico passa a ser dominan-

te por promover ganhos de escala com o processo contínuo de produção. O final da década de 70 e o início da de 80 experimentam uma mudança de paradigma para a eletro-eletrônica, que vem acompanhado de mudanças na gestão administrativa e de produção com maior flexibilização da produção mediante processos descontínuos como just-in-time. Aliado a isso ocorre a reforma administrativa das empresas que se tornando menos burocráticas, com menos níveis hierárquicos. Essas mudanças permitem um avanço tecnológico crescente criando novos produtos, exigindo o fornecimento de novos materiais e um intenso apoio do Estado com novas funções infra-estruturais, o que dá margem à necessidade de reorientação do Estado.

Essa demanda, gerou na Grã-Bretanha uma política intensa de privatizações. Era preciso reverter o quadro de perda de competitividade em que se encontrava o país e a saída era a desestatização que promoveria a maior eficiência "paretiana" e bem estar econômico, mediante o aumento da competição, contudo Thatcher foi radical e implementou o Estado mínimo, usando a privatização como meio para reduzir o déficit público e os problemas do governo, mediante as arrecadações e promover o "capitalismo popular", mediante a distribuição de riqueza aumentando as "dotações iniciais".

Esse movimento Thatcheriano aliado às idéias

monetaristas do FMI, órgão influenciador deste processo, não alcançou porém tanto êxito como se pretende propalar. Não houve nenhuma preocupação com a política industrial, que promoveria o reordenamento do Estado para outras áreas dentro do novo paradigma tecnológico. A reconcentração da renda é uma realidade e o país continua mergulhado numa situação difícil com de desemprego e perda de competitividade de sua indústria. Todavia o processo britânico foi influenciador de de desestatizações em todo o globo.

O desencadeamento desse processo no Brasil, se iniciou ainda em 1981 sobre a influência do FMI, promovendo a desestatização de pequenas empresas que em grande parte pertenciam ao BNDES. Com a ascensão de Collor o PND toma novo impulso e avança atingindo grandes empresas e propalando o Estado Mínimo, encontrando, contudo, obstáculos na Constituição e logo depois no impeachment.

O objetivo perseguido ao longo de toda essa monografia foi mostrar qual a influência do proceso britânico no brasileiro-Governo Collor. Apesar de à primeira vista passar despercebido ao observador pois esta influência não aparece de forma tão clara, é certo que houveram trocas de informações e elaborações de conselhos por parte dos responsáveis pelo processo britânico, mediante a organização de seminários e palestras a partir de 1987. Contudo, as similitudes o-

bservadas entre os processos é clara e a influência ideológica do Thatcherismo na ação "collorida" é inconteste. Quanto à influência do FMI nos dois processos é clara, mediante as recomendações de cunho monetarista e até pelo financiamento das primeiras etapas do PND de Collor, Enfim, não há provas consistentes de que o processo de Thatcher tenha sido mais influente. Ficando restrito às áreas da força ideológica do pensamento thatheriano e em alguns aspectos e objetivos do programa britânico. como, por exemplo, a cooptação dos empregados e administradores, uso da propaganda para promover o processo e, leilão em bolsa. No tocante ao FMI este teve influência nos aspectos do uso da desestatização para reduzir o deficit público debelando a inflação (política monetarista).

A estatização e a privatização parecem ser totens que desafiam os estudos dos economistas, sendo esta última hoje encarada como panacéia, como mostra a invasão desta medida econômica em todo o globo. Entretanto, esta possui seus custos econômicos e sociais. Dentre os econômicos a dificuldade volta-se para os gastos com a promoção e propaganda dos leilões. No campo social o grande problema é o desemprego que inicia ainda no momento do saneamento pré-privatização e persiste após a privatização. Isto pode explicar porque a maioria das empresas após a privatização aumentou os lucros e a produtividade.

O corpo teórico que está por trás do movimento de desestatização é a noção de equilíbrio geral e ótimo de Pareto e a crença de que estruturas de mercado mais competitivas levam ao aumento da eficiência. No entanto, as privatizações não levaram a mudanças significativas das estruturas de mercado no qual as empresas atingidas operam mesmo com a utilização da regulação (usada pelo governo Thatcheriano). Diante disso é preciso fazer algumas colocações: o mundo real é dinâmico e no capitalismo há a tendência a concentração e centralização do capital; na maioria dos casos, as estruturas tendem a ser oligopólicas ou monopólicas. Aliado a isso, não se pode provar que a maior competição leva à maior eficiência, e que a privatização conseguiu aumentar a competição onde não existia, de modo persistente. Outro ponto é que a noção de equilíbrio geral ou macroeconômico que induz o mercado a ser o grande agente da economia como promotor da maior eficiência e bem-estar, não corresponde à realidade e as recorrentes crises no Capitalismo são prova disso.

O neoliberalismo surgiu como força teórica e pragmática, postulando máximas como: 1) ineficiência do Estado; 2) abertura ao capital estrangeiro por motivo da globalização da economia que seria eminente e inevitável; 3) Estado Mínimo como solução para crise. Porém a realidade mostra que o nacionalismo e protecionismo, mesmo com a formação de blo

cos de comércio como o NAFTA e a CEE , serão fatores problemáticos e indutores de novas concentrações, exigindo do Estado um papel de importância nas economias nacionais. Sendo assim , a globalização é uma possibilidade incerta e a abertura das economias coisa improvável diante do protecionismo intenso de certos mercados. Quanto ao Estado Mínimo , esta não é a saída , porque a própria dinâmica do capitalismo atual exige a intervenção do Estado na delimitação do espaço econômico.

Pode-se aqui propor algumas pistas sobre o papel do Estado numa economia nacional com sua reorientação para setores mais dinâmicos do paradigma tecnológico atual , com uma política industrial consistente. Os setores de telecomunicações , petróleo e eletricidade são ainda estratégicos por motivos políticos de soberania e competição internacional e tecnológicos. Hoje , no caso brasileiro , se discute a privatização ' desses setores , precisando tomar-se cuidado pois a competição internacional e o protecionismo tendem a se acirrar exigindo um papel importante e dinâmico do Estado. O abandono de áreas não condizentes com o novo paradigma tecnológico , mas da ocupação de setores dinâmicos da tecnologia e de áreas estratégicas , ainda hoje são infra-estruturais para o próprio desenvolvimento da esfera privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A NOVA face do conservadorismo. Senhor, São Paulo: Três , 3 nov. 1987.
2. A POLÍTICA de privatização da Grã- Bretanha. Brasília : Embaixada Britânica , 1989.
3. A PRIVATIZAÇÃO tem tudo para sair. Exame.; São Paulo : Abril , 5 set. 1990 , p. 58-62.
4. ACQUAVIVA , Marcus Cláudio. Teoria Geral do Estado. São Paulo : Global , 1987.
5. ALCOFORADO, Fernando. As Falácias do Neoliberalismo no Brasil. Tribuna da Bahia , Salvador , 9 nov. 1993 , Caderno 3 , p.2.
6. ALMANAQUE ABRIL. São Paulo : Abril , 1988.

7. ALMEIDA , Márcio Wohlers. Uma Reavaliação das Privatizações em Países Europeus. Análise Econômica, São Paulo : UFRGS , v. 7 ,n. 12 , p. 63-90 , nov. 1989.
8. ALMEIDA , Marcio Wohlers. Privatização e Reestruturação Industrial nas Telecomunicações : Alcances e limites da via inglesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA , 20, 2 a 4 dez. 1992 , Campos do Jordão , Anais ... São Paulo : Anpec , 1992 , v. 1 , p. 73-91.
9. ARISTÓTELES. A Política. São Paulo : Martins Fontes , 1991.
10. ARRUDA , Marcos ; DUTRA , Gustavo. Privatizando o Setor Produtivo Estatal do Brasil ; o caso da Acesita. Cadernos do CEAS , n. 131 , jan / fev. 1991.
11. AS ORIGENS de cada um. Veja , São Paulo , 17 mar. 1993.
12. AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 3.ed. Rio de Janeiro : Globo , 1953.
13. BALLERONI , Ediana. Perda com Papéis pode superar US\$ 600 mil. Folha de São Paulo , 9 maio 1993 , Caderno 1 , p. 8.

14. BARROS, Octávio de. O Ajustamento externo dos anos 80... In: SANTOS FILHO, Milton (Coord.) Instabilidade Econômica : moeda e Finanças. São Paulo : Hucitec, 1993, p. 127-174.
15. BECKERMAN, Paul. Recentes Experiências Heterodoxas de Estabilização : Argentina, Israel e Brasil, 1985-1989. In : SANTOS FILHO, Milton (Coord.) Instabilidade Econômica : moeda e finanças. São Paulo : Hucitec, 1993, p. 175-209.
16. BERGER, Roland. Falta democracia na privatização. Exame, São Paulo, n. 25, 11 dez. 1991, p. 90-91, Entrevista.
17. BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade : para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
18. BOBBIO N. ; Bovero, Michelangelo. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. São Paulo : Brasiliense, 1986.
19. BRUM, Argemiro. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 6. ed. Petrópolis : Vozes, 1985.

20. CARSON , Robert B. O que os Economistas Sabem : Um manual de política econômica para a década de 90 e depois. Rio de Janeiro : Zahar, 1992.
21. CARVALHO , José L. O Estado na Economia ; Estudo de dois casos brasileiros. Rio de Janeiro : Expressão e Cultura , 1979.
22. CHEGOU a vez do Filé-mignon. Exame. São Paulo : Abril , 13 maio 1992 , p. 48.
23. COMISSÃO DIRETORA DO PND. Jornal da Privatização , vários números , 1991 e 1992.
24. COSTA , Sérgio Gustavo da. Privatização e Reestruturação ; setor petroquímico. Conjuntura Econômica , Rio de Janeiro : FGV , n. 46, p. 35-37 , jan. 1992.
25. COUTINHO , Luciano ; BELLUZZO , Luiz Gonzada de Mello. Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929—1974. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M.; COUTINHO, Renata (Orgs.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil ; ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1982, v.1 , p. 9-36.

26. CRUZ, Paulo Davidoff. Notas Sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos Anos Setenta. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. ; COUTINHO, Renata (Orgs.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil ; ensaios sobre a crise. São Paulo : Brasiliense , 1983 , v.2 , p. 59-106.
27. DEBATE ideológico. Veja , São Paulo : Abril , 2 out. 1991.
28. DELFIM NETTO, A. A Lei de Gerson. Bahia Hoje , Salvador , 4 ago. 1993 , Caderno 1, p. 2.
29. ENCICLOPÉDIA ABRIL. 2. ed. São Paulo : Abril, v.6 , 1976.
30. ESTATIZAÇÃO ou Privatização : Os limites da intervenção do Estado. Seminário Internacional, São Paulo : SEDAP / GEPP / FUNCEP , 1987.
31. FELDMANN, Paulo Roberto. A Privatização das Telecomunicações. Folha de São Paulo , 4 mar.1991, Caderno 3 , p. 2

32. FERGUNSON , C.E. Microeconomia . 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária , 1989.
33. FERREIRA , Carlos Eduardo Moreira. Afinal , Por Que Privatizar. Economia em Perspectiva : Carta de Conjuntura , São Paulo : CRE-SP , n.101, jun. 1993.
34. FONSECA , Eduardo Giannetti. Hayek e o Novo Liberalismo. Conjuntura Econômica , Rio de Janeiro: FGV , v. 46, n.4 , p. 37-43, abr. 1992.
35. FUNDOS buscam sociedade na privatização. Folha de São Paulo , 28 jul. 1991 , Caderno 3, p. 4.
36. GALBRAITH , Jonh Kenneth. A Economia e o Interesse Público. São Paulo : Pioneira , 1988.
37. GALLETTA, Paulo. Mudanças para Privatizar Melhor. Economia em Perspectiva : Carta de Conjuntura. São Paulo : CRE-SP , n. 101 , jun . 1993 , p. 6.

38. GIAMBIAGI , Fábio. O Cenário Macroeconômico da Privatização. Folha de São Paulo , 2 jul.1991, Caderno 3 , p.2
39. GOVERNO de Vários países reduzem as dimensões do Estado. Gazeta Mercantil , São Paulo , 2 maio 1990 , Caderno 1 , p. 2.
40. GUERRA , Oswaldo. Estado , Estrutura de Mercado e Privatização na Petroquímica Brasileira. In: Seminário Políticas Econômicas e Mudanças Estruturas na América Latina. Salvador , nov. 1991.
41. GUERRA , Silvio B. ; FERRAZ NETTO , João Q. Privatização e Desenvolvimento Econômico: Estudo Especial. Conjuntura Econômica , Rio de Janeiro : FGV , v. 45 , n. 7 ,p. 83-93 , jul. 1991.
42. GUIMARÃES , E.A. Acumulação e crescimento da firma: Um estudo de organização industrial. Rio de Janeiro , Zahar , 1982.
43. HEWLET,Sylvia Ann. Dilemas do Desenvolvimento: O Brasil do século XX. Rio de Janeiro : Zahar , 1981.

44. IANNI , Octávio. Estado e Capitalismo. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira , 1965.
45. IANNI, Octávio . Estado, e Planejamento Econômico no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira , 1991.
46. JULIÃO , Ana. Estatais Compram Parte das Empresas Leiloadas. Folha de São Paulo , 28 maio 1991 , Caderno 3 , p. 4.
47. KEYNES , John Maynard. A Teoria Geral do Emprego , do Juro e da Moeda. São Paulo : Atlas , 1982.
48. KLIASS , Paulo . Ironias da Privatização. Folha de São Paulo , 24 ago. 1991.
49. KURIHARA , Kenneth K. La Teoria Keynesiana Del Desarrollo Economico. Madrid : Aguilar, 1966.
50. LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. 3. ed. São Paulo : Perspectiva , 1975.

51. LEITE , Rogério Cezar de Cerqueira. A Privatização da Usiminas. Folha de São Paulo , 10 out. 1991 , Caderno 1 , p. 3.
52. LEMOS , Maurício Borges ; PIMENTEL , Fernando Damata. Recessão x Privatização : O cenário equivocado . Folha de São Paulo , 20 jul.1991, Caderno 3 , p. 2.
53. LESSA , Carlos ; DAIN , Sulamis. Capitalismo Associado: Algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. ; COUTINHO , Renata (Orgs.) Desenvolvimento Capitalista no Brasil : Ensaio sobre a crise. São Paulo : Brasiliense , 1982. V.1, p. 214-228.
54. MAIA , José Afonso Ferreira ; SANCHES , Cristina Argiles. Estado e Neoliberalismo : Considerações retrospectivas e prospectivas da economia brasileira . Salvador : FCE-UFBA,1991(Texto para Discussão , 17).
55. MAIS elefantes vão para o leilão. Exame , São Paulo : Abril: 25 dez. 1991 , p. 26-27.

56. MELHORES e maiores. São Paulo ; Abril , 1991, 1992 , 1993.
57. MELLO , Zélia Cardoso. Zélia Promete Combate Duro à Inflação. A TARDE , Salvador , 2 mar. 1990 , Caderno 1 , p. 9.
58. MINEIRO , Procópio . A Política de Porteiras Abertas. Cadernos do Terceiro Mundo , n. 132, p. 46-50 , 1990.
59. MIRANDA NETO , Manuel J. A Crise do Planejamento. Rio de Janeiro : Nórdica , 1981.
60. MODIANO , Eduardo . O Estado-Cidadão. Folha de São Paulo , 21 jul. 1991 , Caderno 1 , p. 3.
61. MORAES , Antonio Ermírio. E Agora José. Folha de São Paulo , 11 ago. 1991 , Caderno 1, p.2.
62. MUINHOS , Marcelo Kfoury. A Privatização e a Questão do Estado. Cadernos de Economia , Belo Horizonte: PUC-MG, n.3 , out. 1990.

63. MUNHOZ , Dêrcio Garcia. Privatização : questão a definir. Folha de São Paulo , 25 maio 1991 , Caderno 3 p. 2.
64. MYRDAL , Gunnar. O Estado do Futuro. Rio de Janeiro: Zahar , 1962.
65. NATAL , Jorge Luiz A. ; CANUTO FILHO , Otaviano. A Entrada do Capital Estrangeiro na Economia Brasileira (1956-83). Economia : Ensaios Uberlândia : UFU , v. 1 , n. 2 , 1985.
66. O GRANDE homem era uma mulher. Exame, São Paulo : Abril 12 dez. 1990.
67. O MICO ficou menos feio. Exame , São Paulo : Abril, 11 jul. 1990, p. 29.
68. PENNA , Ayrton Paiva. As Cinzas do Liberalismo Privatizante. Tribuna da Bahia , Salvador, 3 maio 1993 , Caderno ,p. 2.
69. PEREIRA JÚNIOR, Geraldo. O Processo de Privatização Recente. Boletim do Banco Central do Brasil : Estudos Especiais , v.29, n. 2 , ago. 1993.

70. PEREIRA , Luiz Carlos Bresser. Estado e Subde
senvolvimento Industrializado : Esboço de uma
economia política periférica. São Paulo :
Brasiliense , 1977.
71. PINHEIRO , Armando Castelar ; GIAMBIAGI , Fábio.
As Empresas Estatais e o Programa do Govern
no Collor. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA,
20 , 2 a 4 dez. 1992 , Campos do Jordão. Anais
... São Paulo : Anpec , 1992 , v. 1 , p. 475-
508.
72. PINTO , Anibal ; FREDES , Carlos. Curso de Eco
nomia. 3. ed. Rio de Janeiro : Forum , 1974. .
73. PINTO , Celso. O Capitalismo Popular. Gazeta
Mercantil , São Paulo , 14 maio 1990 , Caderno 1,
p. 1 e 2.
74. POSSAS , Mário Luiz. Estruturas de Mercado em
Oligopólio. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1990.
75. PRADO , Sérgio (Coord.) Processo de Privatiza
ção no Brasil ; a experiência dos anos 1990-
92. São Paulo : IESP / FUNDAP , 1993, 338 p.

76. PRIVATIZAÇÃO , mistificação e realidade. O Bancário , Salvador : Sindicato bancários da Bahia, n. 63, 12 mar. 1990.
77. PRIVATIZAÇÃO , vendendo o Estado , Gazeta Mercantil , São Paulo , 3 set. 1993 , Leitura de fim de semana , p. 1 e 4.
78. QUEIROZ LIMA , E. Teoria do Estado. 5. ed. Rio de Janeiro : A casa do livro , 1947.
79. RANGEL , Ignácio M. O Papel da Privatização. Folha de São Paulo , 8 jan. 1991 , caderno.B p. 2.
80. REICHSTUL , Henri Philippe ; COUTINHO , Luciano G. Investimento Estatal 1974-80 : Ciclo e crise. In: BELLUZZO , Luiz G. M. ; COUTINHO, Renata. Desenvolvimento Capitalista no Brasil : Ensaios sobre a crise. São Paulo : Brasiliense , 1983 , v.2 , p. 38-58.
81. REIS , Maurício Rangel. Brasil : 35 anos de desenvolvimento. Brasília : Ministério do Interior, 1975.

82. RIBEIRO , João Ubaldo. Política ; Quem manda, por que manda , como manda. 7. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira , 1986.
83. RIMA, I.H. História do Pensamento Econômico . São Paulo : Atlas , 1987 , p. 469-493.
84. ROBINSON , Joan. Concorrência Imperfeita Reexaminada. s.n.t. p. 199-213 xeroq. (parte de obra não identificada).
85. SÁINZ, Pedro ; CALCAGNO , Alfredo. En Busca de Otra Modalidad de Desarrollo. Revista de la Cepal , Chile , n. 48 , dez , 1992.
86. SALDANHA , Nelson . O chamado Estado Social. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Minas Gerais : UFMG , n. 62 , p. 55-81, 1986.
87. SAMPAIO, Nelson de Souza. Prólogo à Teoria do Estado ; Ideologia e Ciência Política. 2.ed. Rio de Janeiro : Forense , 1960.

88. SANDRONI , Paulo. Adeus a tudo aquilo ? Econo-
mia em perspectiva : Carta de Conjuntura. São
Paulo : CRE-SP , n. 101 , p. 4-5 , jun. 1993.
89. SANDRONI, Paulo. (Org.) Dicionário de Economia. 2. ed.
São Paulo : Best Seller , 1989.
90. SANTANA , José Carlos. O castelo econômico de
Thatcher começa a desmoronar. Tribuna da Ba-
hia , Salvador , 23 dez. 1992 , Caderno 1 , p.8.
91. SANTIAGO , Wilter. Falência do Estado Privatis-
ta. Tribuna da Bahia , Salvador , 1 set.
1989 , Caderno 3 , p. 4.
92. SANTOS FILHO , Milton (Coord.) Instabilidade
Econômica : moeda e finanças. São Paulo :
Hucitec , 1993.
93. SAVAS , E.S. Privatização : A chave para um
Governo Melhor. Rio de Janeiro : Nórdica, 1987.

94. SCHNEIDER , Ben Ross. A Privatização no Govern_o Collor : Triunfo do liberalismo ou colapso do Estado desenvolvimentista ? Revista de Economia Política , São Paulo : Brasiliense , v. 12 , n. 1 jan/mar. 1992.
95. SERRA , José . Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO , Luiz G.M. ; COUTINHO , Renata (Orgs.) . Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo : Brasiliense , 1982, v.1 , p. 56-121.
96. SHACKLE , G.L.S. Origens da Economia Contemporânea : Invenção e Tradição do Pensamento econômico (1926-1939). São Paulo : Hucitec , 1991.
97. SILVEIRA NETO. Teoria do Estado. Belo Horizonte : Bernardo Alvares , 1963.
98. SMITH , Adam. Riqueza das Nações . São Paulo : Edipro , 1986. Coleção Universidade de Bolso.
99. SOARES, Rinaldo Campos. A Nova Usiminas e o compromisso com o futuro. Revista do Econômico, Salvador: BESA , p.42, nov. 1993.

100. SUMMERS, Lawrence. O Impacto Mundial da Privatização. Tribuna da Bahia, Salvador, 4 jan. 1994, Caderno 3, p. 2.
101. SWEEZY, Paul M. Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
102. TAYLOR, Robert. Privatização II: Suécia opta pela venda parcial para tirar o Estado da indústria. Gazeta Mercantil, São Paulo, 3 maio 1990, Caderno 1, p. 2.
103. TELECOMUNICAÇÃO, Concorrência ou Monopólio? Gazeta Mercantil, São Paulo, 10 dez. 1993, Caderno 1, p. 4.
104. THERBORN, Göran. Como domina la clase dominante? Aparatos de Estado Y poder estatal en el feudalismo, el socialismo Y el capitalismo. Madrid. Siglo Veintiuno de España, 1979.
105. TOLEDO, Joaquim E. Cirne de Usiminas, um Escândalo com "Moedas"? Folha de São Paulo, 25 set. 1991, Caderno 3, p. 2.

106. TOLEDO, JOAQUIM E. Cirne de. A Usiminas e o Reino da Dinamarca. Folha de São Paulo, 28 set. 1991, Caderno 1, p. 3.
107. TOLEDO, JOAQUIM E. Cirne de. Usiminas, Moeda e Sofismas. Folha de São Paulo, 20 out. 1991, Caderno 3, p. 2.
108. TREVISAN, Antoninho Marmo. Em frente com a privatização. Economia em Perspectiva: Carta de Conjuntura. São Paulo, CRE-SP, n. 101, p. 3-4, Jun. 1993.
109. TUDO pelo aço. Veja, São Paulo: Abril, 27, jan. 1993.
110. UM PLANETA em liquidação. Exame. São Paulo: Abril, 18 mar. 1992.
111. VIANA, MARIA, L.T.W. Nem Leviatã nem Moinho Diabólico. Rio de Janeiro: UFRJ/ IEI, 1990 (Texto para Discussão, 247).
112. VICKERS, John; YARROW, George. Un Análisis económico de la privatización. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

113.

WHYNES , David K. ; BOWLES , Roger A. A Teoria Econômica do Estado. Rio de Janeiro :Zahar, 1982.